

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**Mulheres, eleições e estratégias partidárias: o caso da disputa para a
Câmara dos(as) Vereadores(as) de São Paulo de 2016¹**

Marina Merlo²

Trabalho preparado para apresentação no VII
Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência
Política da USP, de 8 a 12 de maio de 2017

São Paulo
Maio de 2017

¹ Este trabalho é uma versão resumida da dissertação em andamento no Departamento de Ciência Política da USP. Por favor, não citar sem autorização prévia.

² Mestranda em Ciência Política no Depto. de Ciência Política /USP. Email: marina27merlo@gmail.com

Resumo

As mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro, quase metade dos filiados a algum partido político e, mesmo com a lei de cotas de gênero que obriga o registro de pelo menos 30% de candidaturas femininas, elas ainda perfazem pouco mais de 10% dos eleitos. São poucos os trabalhos empíricos sobre o papel dos partidos políticos brasileiros e das lideranças partidárias como espaços e agentes estratégicos na promoção ou exclusão do acesso efetivo das mulheres. O presente artigo pretende contribuir para a compreensão da sub-representação feminina nas instituições políticas brasileiras a partir da premissa de que são os partidos políticos que controlam o acesso dos candidatos aos postos legislativos e executivos - isto é - que é preciso compreender o funcionamento interno dos partidos como um aspecto central para a subsequente baixa presença das mulheres nas arenas políticas formais. Por meio de entrevistas em profundidade com as vereadoras eleitas para a Câmara dos Vereadores de São Paulo em 2016, espera-se aprofundar nos mecanismos de como a atuação partidária e a integração das candidatas nos órgãos e quadros partidários pode influenciar no maior ou menor número de mulheres eleitas.

Introdução

As mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro, quase metade dos filiados a algum partido político e, mesmo sendo um terço dos candidatos, elas ainda perfazem pouco mais de 10% dos eleitos. A legislação atual dispõe de pelo menos três medidas que têm como objetivo o aumento da participação política feminina, como é a Lei de Cotas. Assim, era de se esperar que com esses incentivos específicos, a participação das mulheres nas instâncias representativas estivesse aumentando; entretanto, a persistência do baixo número de mulheres eleitas e evidências de que suas chances de eleição são menores que as dos homens abrem uma seara específica de investigação para determinar as razões dessa sub-representação.

O debate acadêmico internacional e brasileiro tem percorrido todas as etapas do processo eleitoral e da participação política dentro das esferas formais de representação em busca dos determinantes desta diferença de gênero no acesso e permanência no poder político. As explicações vão desde entender se existe uma resistência do eleitorado em aceitar as mulheres no poder (Cavenaghi, Alves, 2012; Aguilar, Cunow, Desposato, 2015), passando pelo processo de socialização voltado para a esfera privada sofrido pelas mulheres (Phillips, 1998a, 1998b, 2011; Mansbridge, 1998; Okin, 2008), pela suposta falta de interesse delas em seguir a carreira política (Fox, Lawless, 2012, 2013) e pela falta de recursos para realizar suas campanhas (Speck, Mancuso, 2014). Também existem estudos que focam nas interações institucionais das regras eleitorais e dos sistemas políticos, encontrando que mulheres têm mais sucesso em sistemas proporcionais de voto, porém, dependentes do cálculo alocação de cadeiras (Norris, 2013; Matland, 2005; Kittilson, Schwindt-Bayer, 2012)

Outros estudos têm se debruçado em discutir as limitações da Lei de Cotas enquanto política afirmativa de inserção das mulheres na política (Krook, 2004, 2009; Krook, Norris, 2014; Araújo, 2001; Bolognesi, 2012), bem como explicitar o papel dos partidos políticos na mediação, seleção, recrutamento e promoção de candidatas viáveis ou que considerem estratégicas (Norris, Lovenduski, 1995; Matland, 2005; Araújo, 2005; Sanbonmatusu, 2006; Kittilson, 2006). Os estudos mais recentes sobre a influência dos partidos políticos e lideranças partidárias nas candidaturas e campanhas de mulheres – bem como este artigo – seguem o argumento do neoinstitucionalismo feminista, em que é preciso incorporar as noções e significados atribuídos às normas de gênero da sociedade

como regras informais que impactam em como os atores respondem aos incentivos dados pelo sistema político, eleitoral e partidário (Kittilson, 2006; Mackay, Kenny, Chapell, 2010; Kittilson, Schwindt-Bayer, 2012; Krook, Mackay, 2015). Desta forma, se é preciso entender a quais incentivos os partidos políticos respondem e quais suas estratégias para incorporar (ou evitar) mulheres em seus quadros e listas, compreender melhor o papel dos partidos políticos no sistema político e eleitoral como um todo.

Dentro do debate brasileiro, há uma forte e já consolidada literatura que explicita a relevância e a força dos partidos políticos dentro do processo legislativo (Figueiredo, Limongi 1999, 2008) em contraposição aos estudos de meados da década de 1990, que esperava pouca ou nenhuma centralidade partidária nos processos decisórios brasileiros devido ao desenho institucional político e eleitoral adotado pela Constituição Federal de 1988 (Mainwaring, 1991; Lamounier, 1992; Ames, 1995, 2003; Kinzo, 2004). Também se contrapondo à interpretação de que os incentivos institucionais na arena eleitoral desprivilegia os partidos políticos, estudos mais recentes apontam para (alguma) centralidade dos partidos políticos a partir de evidências de coordenação partidária. (Guarnieri, 2011, 2015; Braga, Pimentel Jr., 2013; Avelino et alii, 2012; entre outros).

Contudo, ainda são poucos os trabalhos empíricos brasileiros que se aprofundam sobre o papel dos partidos políticos e das lideranças partidárias como espaços e agentes estratégicos na promoção ou exclusão do acesso efetivo das mulheres na competição eleitoral, a exceção de alguns (Álvares, 2004 apud Carneiro, 2009, 2007; Barreira, Gonçalves, 2012; Araújo, Borges, 2012). A maior dificuldade destes trabalhos empíricos está em conseguir observar um processo que, antes de tudo, é pré-eleitoral, e cujos registros são de difícil acesso (Norris, 2013). Por esta razão, este trabalho emprega, principalmente, métodos qualitativos para entender como os partidos influenciam na trajetória das candidatas eleitas a partir de entrevistas em profundidade.

Este artigo tem como dado empírico os dados das candidaturas e resultados eleitorais da disputa para a Câmara de São Paulo de 2016 e entrevistas conduzidas com as vereadoras eleitas³. A escolha de se analisar somente as vereadoras eleitas em 2016 na cidade de São Paulo se dá por dois motivos: primeiro, como já introduzido, há uma limitação das evidências empíricas disponíveis para se compreender exatamente qual o

³ Para informações sobre as entrevistas realizadas, ver anexo.

mecanismo da atuação partidária na carreira dessas candidatas a partir de dados secundários, de forma que as entrevistas em profundidade com as próprias vereadoras pode delinear melhor esse processo; segundo, as eleições municipais proporcionais são indicadas pela literatura como as mais favoráveis para o ingresso de mulheres (Norris, 2013) e também nas quais mais mulheres são eleitas no Brasil (Bohn, 2009; Miguel, Queiroz, 2006).

Além desta introdução, este artigo conta com mais quatro seções. A primeira delas percorre o que se sabe sobre partidos políticos no Brasil, bem como tenta estabelecer um diálogo com as tipologias e acúmulos da literatura internacional sobre organização, estruturas e estratégias partidárias. O argumento desenvolvido é que os partidos políticos são uma peça importante nas disputas eleitorais no Brasil e que a compreensão da subrepresentação feminina fica prejudicada sem se considerar essa dimensão do processo participatório e do papel dos partidos como *gatekeepers* da arena eleitoral.

A segunda seção discute a literatura dos processos de seleção e recrutamento de candidatos num contexto geral e também o que se sabe sobre os mesmos na perspectiva de gênero, discutindo como as tipologias e modelos de análise propostos podem ser aplicados para o caso estudado. A terceira seção apresenta e analisa os dados descritivos das candidaturas e das listas das eleições municipais de 2016 em São Paulo para entender como as candidatas foram incorporadas na disputa e como desempenham nas listas. Também são apresentados os dados coletados com as entrevistas com as vereadoras a respeito da sua decisão ou recrutamento para sair como candidata.

Por fim, a última seção refaz e conclui de forma sintética os mecanismos gerais sobre o papel dos partidos políticos na trajetória e inserção política das vereadoras eleitas e também discute o alcance e limitações dos achados. Também é apontado como a agenda sobre a representação de mulheres pode ser trabalhada a partir das contribuições deste artigo.

Partidos políticos: organização, estruturas e estratégias

“Os partidos políticos criaram a democracia e a democracia moderna é impensável salvo considerando-se os partidos” (Schattschneider, 1942:1). Se é possível questionar como os partidos têm desempenhado suas funções representativas, não se pode descartar seu papel funcional para a organização das disputas democráticas (van Biezen, Mair, 2005). A literatura sobre partidos tem tentado explicar e classificar o sistema partidário (Duverger, 1970; Blondel, 1982; Sartori, 1982; Rokkan, 1997), como os partidos evoluem e se transformam, a partir de tipologias de partidos (Kirchheimer, 2012; Wollinetz, 1991; Katz, Mair, 1995; Aldrich, 1995; Panebianco, 2005; Bolleyer, 2011) e como se organizam estruturalmente (Katz, Mair, 1993; Gunther, Diamond, 2003; Panebianco, 2005; Carty, 2004).

Dentro do debate brasileiro, conforme organiza Amaral (2013) parece existir ainda uma questão anterior sobre o sistema político brasileiro, que é a se partidos políticos importam ou são estruturados o suficiente para importar dentro do funcionamento democrático do Brasil. Há uma forte e já consolidada literatura que explicita a relevância dos partidos políticos dentro do processo legislativo a partir do trabalho de Figueiredo e Limongi (1999), que se contrapõe àquela de meados da década de 1990: esperava-se pouca ou nenhuma centralidade partidária nos processos decisórios brasileiros devido ao desenho institucional político e eleitoral adotado pela Constituição Federal de 1988 (Mainwaring, 1991; Lamounier, 1992; Ames, 1995, 2003; Kinzo, 2004).

Segundo esses autores, para além do diagnóstico geral de uma paralisia decisória entre os poderes Executivo e Legislativo, o desenho institucional brasileiro traria incentivos personalistas para os políticos devido ao multipartidarismo aliado ao sistema proporcional de lista aberta em distritos de grande magnitude (Carey, Shugart, 1995); o sistema federativo também seria um agravante desse panorama, em que as organizações partidárias seriam descentralizadas e do tipo “catch-all” (Mainwaring, 1999). Existe uma outra literatura que propõe um meio termo entre o diagnóstico dos partidos fracos na arena eleitoral e dos partidos relevantes na arena legislativa, iniciada por Pereira e Muller (2003); entretanto, trabalhos mais recentes (Mesquita, 2014; Luz, 2016) não encontraram evidências disto.

Estudos mais recentes apontam para (alguma) centralidade dos partidos políticos a partir de evidências de coordenação partidária. Os achados indicam que a maior ou menor grau de presença dos partidos nos municípios brasileiros afeta a quantidade de candidatos lançados e também as suas chances de sucesso eleitoral (Guarnieri, 2011; Braga, Pimentel Jr., 2013), bem como evidências da coordenação entre lideranças e elites partidárias dos mais diferentes níveis organizacionais no momento pré-eleitoral nas decisões sobre lançamento de candidaturas e formação de coalizões em eleições majoritárias (Guarnieri, 2015) e proporcionais (Álvares, 2007; Braga e Praça, 2007, apud Carneiro, 2009, p.57), na coordenação partidária na disputa por prefeituras e cadeiras no legislativo (Avelino et alii, 2012) e na articulação dos partidos entre os diferentes níveis do sistema partidário brasileiro (Carneiro, Almeida, 2008).

Parte da literatura brasileira indica que os partidos exercem algum controle sobre sua lista e sobre suas candidaturas a partir da diferente distribuição de recursos em seu poder que podem dar entre seus candidatos, tais como dinheiro, tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), recursos humanos e da máquina partidária, possibilidade de contato com redes de atores importantes do processo etc. A legislação atual dispõe de pelo menos três medidas que regulam como os partidos alocam seus recursos e formam suas listas em relação ao gênero dos seus candidatos, diretamente aplicadas na Lei dos Partidos Políticos e na Lei Eleitoral.

Na Lei Eleitoral, existe a Lei de Cotas⁴ que estabelece que ao menos 30% das candidaturas de um partido ou coligação em eleições proporcionais devem ser do gênero minoritário no grupo – o que normalmente é representado pelas mulheres. Na Lei dos Partidos Políticos, foram incorporadas duas regras que dizem respeito à alocação dos recursos públicos que os partidos têm a sua disposição: O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), do qual o partido deve usar pelo menos 10% do tempo que tem direito na rádio e televisão na promoção da participação política feminina⁵; e os recursos do Fundo Partidário, do qual pelo menos 5% do montante obtido deve ser aplicados “na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”.⁶ Essas regras, no entanto, são insuficientes para que o partido dê suporte

⁴ Art. 10, §3o, da Lei 9.504/99

⁵ Art. 45 da Lei No 9.096/95

⁶ Art. 44 da Lei No 9.096/95)

efetivo às mulheres candidatas, havendo evidências de que estas não as cumprem integralmente.

Existem trabalhos empíricos que indicam que o HGPE pode indicar um “ordenamento informal” da lista de cada partido, já que o tempo disponível de propaganda pode ser distribuído entre os candidatos de acordo com o grau de controle exercidos pelas lideranças intrapartidárias (Schmitt et alii, 1999; Albuquerque et alii, 2008). Alguns partidos optam por concentrar o tempo em poucos candidatos, geralmente os “puxadores de votos”, enquanto outros optam pela distribuição entre todos os candidatos, reforçando o argumento de que a alocação dos recursos pode ser vista como um reflexo da organização estratégica partidária.

O Fundo Partidário também é um dos recursos que os partidos políticos possuem para mobilizar em suas estratégias eleitorais e de manutenção de sua organização (Braga e Bourdoukan, 2009), inclusive concentrando a alocação de seus recursos em candidatos com relevância política em eleições anteriores, transformando-os em uma espécie de “elite de candidatos” (Santos, 2014). No caso da alocação de recursos entre candidatos de diferentes gêneros, Sacchet e Speck (2012) encontraram que mulheres recebem menos dinheiro que seus competidores homens; mesmo quando controlando pelo fator reeleição - a diferença de arrecadação entre homens e mulheres diminuía, mas persistia. O último estudo que verificou este aspecto foi o de Mancuso e Speck (2014). Avaliando a tese de Jacobson (1978, apud Mancuso, Speck, 2014) de que *challengers* dependem mais do dinheiro do que *incumbents* em adição ao exame do gênero do candidato encontraram que a dependência de financiamento político para a conquista de mais votos é sempre maior entre as mulheres.

Conforme a literatura revista indica, mesmo podendo existir um apelo maior para a figura do candidato sozinho e sem partido durante a sua campanha, todo o processo anterior a esse momento tem regras que incentivam a ação coletiva partidária, o que implica um papel às lideranças do partido para coordenar essa ação. Considerando-se os partidos como um aspecto central do jogo eleitoral, a indicação para um cargo é vista como uma explicação da divisão e distribuição de poderes intrapartidários entre diferentes órgãos e facções – quem tem poder de indicar, é o dono do partido (Schattschneider, 1942 pp.64-100). Isso fica evidenciado pela diferença no lançamento de candidaturas e apoio a algumas em detrimentos; o fato de existirem regras específicas para incentivar o

lançamento e a destinação de recursos do partido às candidatas mulheres e estas não serem cumpridas indica a importância de se compreender como o gênero dos candidatos é incorporado nessa tomada de decisão.

Entrando na arena: seleção e recrutamento partidário

Os estudos mais recentes sobre a influência dos partidos políticos e lideranças partidárias nas candidaturas e campanhas de mulheres seguem o argumento do neoinstitucionalismo feminista, em que é preciso incorporar as noções e significados atribuídos às normas de gênero da sociedade como regras informais que impactam em como os atores respondem aos incentivos dados pelo sistema político, eleitoral e partidário (Kittilson, 2006; Mackay, 2010; Kittilson, Schwindt-Bayer, 2012; Krook, Mackay, 2015). Ao trazer o gênero como elemento constitutivo dos sistema de incentivos com os quais os atores interagem e respondem, é possível reinterpretar como instituições mudam ou permanecem frente aos desafios das desigualdade de gênero - como os estudos citados anteriormente conseguem fazer. As normas e práticas atribuídas ao gênero feminino, então, não apenas afetam como as mulheres se percebem como potenciais candidatas, mas interferem em como os partidos e lideranças partidárias avaliam as possibilidades estratégicas e de sucesso de suas candidaturas.

Os estudos clássicos de recrutamento e seleção partidária se relacionavam mais com a tentativa de compreender a formação de elites políticas que como parte de um processo competitivo entre atores intermediados por regras institucionais, conforme argumentam Braga e Bolognesi (2013). Os autores argumentam que desdobramentos e esforços de pesquisa posteriores permitiram que os estudos de seleção e de recrutamento fossem vistos como processos distintos e diferentes tipologias e arcabouços teóricos surgiram para explicar o processo de seleção (Gallagher e Marsh ,1988); Rahat, Hazan, 2001; Norris; 2013).

a interação entre sistema político e a natureza dos partidos na avaliação dos resultados do processo de seleção e recrutamento foi trazida por Gallagher e Marsh (1988): a importância dos estudos sobre seleção de candidaturas repousa sobre duas razões. Primeiro, por ser um processo essencial no recrutamento partidário e, segundo, por ser uma arena de conflito intrapartidário. Assim, o acesso às "elites políticas" se dá

pela aprovação de uma série de "gatekeepers", sendo os seletores de candidaturas os últimos nesse processo. É a partir da seleção de candidaturas que o partido define suas políticas públicas e a agenda que quer defender perante seu eleitorado. Daí, a importância de saber o que se passa neste “jardim secreto” da política.

Na tipologia de Rahat e Hazan (2001), a seleção de candidaturas é um processo inteiramente interno aos partidos e ultrapassa questões legais ou regras formais do sistema partidário e, segundo os autores, é importante de ser estudado, pois suas consequências perduram para além das eleições. A classificação de qualquer partido sendo analisado se dá em quatro dimensões: o *selectorado*; as candidaturas; o grau descentralização do processo de escolha e, por fim, se a escolha é feita por nomeação ou por procedimento de votação.

Dado que os partidos têm como função clássica a indicação de candidatos para todos os níveis de governo, Norris (2013) vai construir uma tipologia que passa por três perguntas: Quem pode ser eleito? Quem escolhe? Quem é selecionado? Existem países que têm legislação própria sobre o processo seletivo; contudo, a maioria deixa e incentiva os partidos a terem regras internas próprias para tal. O quão democrático ou não é esse processo é determinado por três dimensões, como elabora Norris: o grau de centralização do processo decisório da escolha das candidaturas, a amplitude da participação no processo de escolha e escopo do processo (se para um ou todos os cargos).

Em outro estudo de Pippa Norris com Joni Lovenduski, é desenvolvido um arcabouço analítico de oferta e demanda (Norris e Lovenduski, 1995). Nele, existe uma diferença de fatores que influenciam aqueles que se dispõem a se candidatar e da maneira como o *selectorado* do partido toma a decisão de quem pode concorrer. Neste último caso, regras de seleção mais ou menos explícitas ou ainda quantas pessoas são responsáveis pela seleção, é dependente da organização partidária e de sua interação com outros fatores sociais que qualificam e ponderam o julgamento dos aspirantes a se candidatar; a mesma interação também recai sobre as aspirações e expectativas dos candidatos. Tanto o trabalho original quanto desenvolvimentos posteriores desse arcabouço (Krook, 2010) consideram também como tanto a demanda quanto a oferta se influenciam e como os dois chegam num equilíbrio: as expectativas dos potenciais candidatos sobre o que os selecionadores querem podem fazê-los nem sequer se candidatar. Ou seja, os fatores e concepções sociais e estruturais alteram os pontos de

equilíbrio; nesse caso, as questões de gênero permeariam tanto as expectativas do lado da demanda quanto da oferta.

Na proposta original de Norris e Lovenduski (1995), as autoras diferenciam dois tipos de julgamento dos selecionadores que, apesar das regras de seleção do partido, podem acontecer. A primeira é o que chamam de discriminação direta, quando os selecionadores tomam sua decisão por meio de atalhos informacionais de estereótipos sociais e não pelo indivíduo em si. No caso de uma mulher jovem e com filhos, por exemplo, os selecionadores poderiam supor que ela teria pouco tempo para as atividades partidárias e políticas por conta dos trabalhos domésticos. O segundo tipo é a discriminação imputada, quando os selecionadores antecipam as reações e julgamentos do eleitorado e escolhem as candidaturas com base nessas expectativas. Nesse caso, a formação da lista é levada em conta pelo que o partido acredita em quem o eleitorado estará mais ou menos inclinado a votar; por exemplo, podem supor que o eleitorado tem problemas em votar em mulheres, preferindo então selecionar candidatos homens.

O lado da oferta, por sua vez, é impactado pelas discriminações ao tentar antecipar a reação e critérios dos selecionadores; dessa forma, os interessados em se candidatar muitas vezes nem chegam a tentar a candidatura por crer que não cumprem os requisitos ou que não tem as habilidades necessárias para entrar na política. Como aponta Krook (2010), muitos estudos indicam que este é um fatores que mais pesam sobre as mulheres - mesmo sendo qualificadas, elas costumam exigir mais de si para se considerar apta a se candidatar, ou, ainda, creem que a política é um ambiente notadamente masculino e preferem não se envolver.

Porém, conforme argumenta Kittilson (2006), justamente por conta da interação entre as expectativas do lado da demanda e da oferta, deixar com que o problema das poucas candidaturas femininas recaia somente sobre as próprias mulheres é ignorar a centralidade dos partidos e das lideranças partidárias em alterar o equilíbrio entre os dois polos. Existem evidências empíricas de que o recrutamento e a seleção de candidatas é significativamente alterado quando existe uma percepção mais positiva das lideranças partidárias sobre candidaturas femininas - seja por ter uma visão favorável da atuação política das mulheres (Sanbonmatusu, 2006), seja por acreditarem que candidaturas femininas serão estratégicas em conseguir mais votos.

A literatura brasileira aponta que os partidos têm uma distinção menor de gênero quanto mais parecidos são os perfis de experiência política entre os candidatos; porém, eles não parecem responder aos incentivos da Lei de Cotas ou das regras na alocação de recursos da Lei dos Partidos Políticos para fomentar novas candidaturas potenciais ou apostar em candidaturas inexperientes ou com uma carreira política diferente da tradicional. O problema para as mulheres então parece estar na entrada da competição de fato, com evidências de que candidatas novatas desistem de perseguir a carreira política após perderem as eleições (Araújo, Borges, 2012), uma vez que os partidos políticos sistematicamente privilegiam “candidatos provados” nas urnas (Araújo, Borges, 2012, p. 374).

O lançamento e o apoio de candidaturas que os partidos políticos calculam ter maior chance eleitoral também é encontrado por Barreira e Gonçalves (2012). Os dirigentes entrevistados dizem que não são diretamente responsáveis pela desigualdade de participação política entre homens e mulheres dentro de seu órgão partidário; porém, afirmam que “mulheres não entram para concorrer, mas pra participar. Desta maneira, os partidos aliam a incorporação das mulheres para além do estimulado pelas cotas, ao criarem espaços e sub-órgãos partidários específicos para sua participação, ao mesmo tempo que se atentam em como se aproveitar desse contingente de candidaturas potenciais para incrementar seu sucesso eleitoral.

Álvares (2004, apud Carneiro, 2009; 2007) também encontra os mesmos mecanismos em seus estudos do Pará sobre recrutamento e seleção de candidaturas. O recrutamento e seleção de candidaturas pelas lideranças políticas é fortemente influenciada pela trajetória política do pré-candidato, ponderando se o candidato possui antecedentes na política por experiência própria, como em militância em movimentos sociais ou por representação de categorias, ou por tradição familiar. Este é um critério informal, que, em conjunto às regras formais que os partidos possam ter, é utilizado pelas lideranças como um preditivo do potencial de votos e, portanto, do sucesso eleitoral que o candidato pode ter. A composição final da lista por candidatos deste perfil ocorre tanto pelo interesse próprio do candidato (oferta), quanto pelo recrutamento ativo dos partidos dentro dos movimentos que estes têm contato. É nesta interação entre a demanda do partido e a oferta de competidores que ocorre a subrepresentação de mulheres nas candidaturas. (Álvares, 2004, p. 289, apud Carneiro, 2009, p. 55).

Como indicado no modelo de Norris e Lovenduski (1995), os partidos políticos brasileiros demandam candidatos com alguma experiência política prévia para compor suas listas – os “candidatos provados” ou com “densidade eleitoral”; porém, a oferta de mulheres com este perfil é reduzida e, conseqüentemente, menos mulheres são selecionadas pelos partidos. Contudo, existem evidências de que os partidos e lideranças políticas ativamente selecionam mulheres quando eles creem que existe uma vantagem eleitoral em ter candidatas, seja por responder a uma demanda do eleitorado ou por acreditar que pode ter uma vantagem frente aos outros partidos ao antecipar um grupo de eleitores ainda não mobilizados (Kittilson, 2006).

No caso brasileiro, há evidências de que o eleitorado não rejeita candidaturas femininas – ao contrário, é até mesmo mais favorável às candidatas mulheres que aos homens quando os candidatos são apresentados em condições semelhantes (Aguilar, Cunow, Desposato, 2015). O que então faz com que os partidos e as lideranças partidárias não lancem mais candidatas efetivas?

O caso das eleições municipais de São Paulo de 2016

Se todas as mulheres já eleitas para a Câmara dos Vereadores de São Paulo fossem convocadas para se juntar, elas não preencheriam todas as 55 vagas disponíveis: entre 1948 até 2017, apenas 44 mulheres assumiram a cadeira de vereadora. Embora o direito de votar e ser votada tenha sido conquistado pelas mulheres em 1932, somente 20 anos depois é que a primeira vereadora foi eleita em São Paulo – desde então, a representação das mulheres foi de 2,2% para os 20% atuais, com 11 vereadoras eleitas⁷. O aumento no número de mulheres eleitas em relação a 2012 foi de 120%, indo de cinco para onze eleitas em 2016.

Das 1275 candidaturas do pleito de 2016 disponíveis no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral⁸, 393 delas foram de mulheres, perfazendo 30,82% do total. Se num primeiro momento pode-se pensar que os partidos cumpriram o estabelecido pela

⁷ Fonte: Câmara dos Vereadores de São Paulo. <http://www.camara.sp.gov.br/especiaiscmisp/especial-mulheres/>. Acesso em 1 de maio de 2017.

⁸ Os dados foram baixados no dia 10 de abril em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Os números podem mudar dependendo de atualizações de pendências judiciais e outras atualizações como um todo.

lei de cotas, ao analisar a lista de candidaturas de cada partido (Figura 1) vemos que nem todos apresentaram o mínimo de 30% de candidaturas, embora a maioria tenha até apresentado acima da porcentagem definida pela lei. Dentre os partidos que não apresentaram pelo menos 30% de candidaturas femininas estão partidos de esquerda que historicamente apoiam a pauta da participação feminina na política, como o PT, o PSOL e o PSB.

Contudo, quando observamos como está a composição das listas da coligação (Figura 2), vemos que praticamente todas as listas cumprem o mínimo determinado, exceto pela coligação composta pelo PMDB/PSD e o PTB. Isso parece indicar que existe, então, uma coordenação interpartidária para o preenchimento da cota, com alguns partidos compensando a presença de mulheres para outros, a exemplo do caso do PSB, partido com o menor número de mulheres em sua lista – apenas 7,7% de mulheres – contra os 30,8% da sua coligação. O mesmo acontece na coligação entre PSC e PRB: enquanto que sozinhos os partidos apresentam, respectivamente, 14% e 31% de candidaturas; coligados, a lista de ambos atinge 30,1%.

O registro das listas de candidatos pode ser feita por meio do partido ou pela coligação⁹, neste último caso, considera-se que uma lista única composta por todos os partidos coligados.¹⁰ Assim, não existem incentivos legais para que os partidos isoladamente cumpram os 30% de candidaturas, possibilitando que eles se coordenem com os outros partidos da coligação para compensar a porcentagem determinada.

Quando olhamos para o desempenho das candidaturas, vemos que, em média, os homens recebem 2,5 mais votos que as mulheres: foram 1671 votos recebidos pelas mulheres contra 4313 votos depositados em candidatos homens. Essa diferença de gênero nos votos pode ser vista na Figura 5 (ver anexo), em que a concentração distribuição dos votos recebidos pelas mulheres está em valores menores que a dos homens. Essa diferença também aparece entre os eleitos: as vereadoras eleitas receberam 31.556 votos contra os 46.817 dos homens, e apresentam um padrão de votação mais concentrado (Figura 6, anexo).

⁹ Art.10 da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504 de 1997).

¹⁰ A Lei de Cotas, que acrescentou os parágrafos 3º e 4º a este artigo, determina que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”

Figura 1

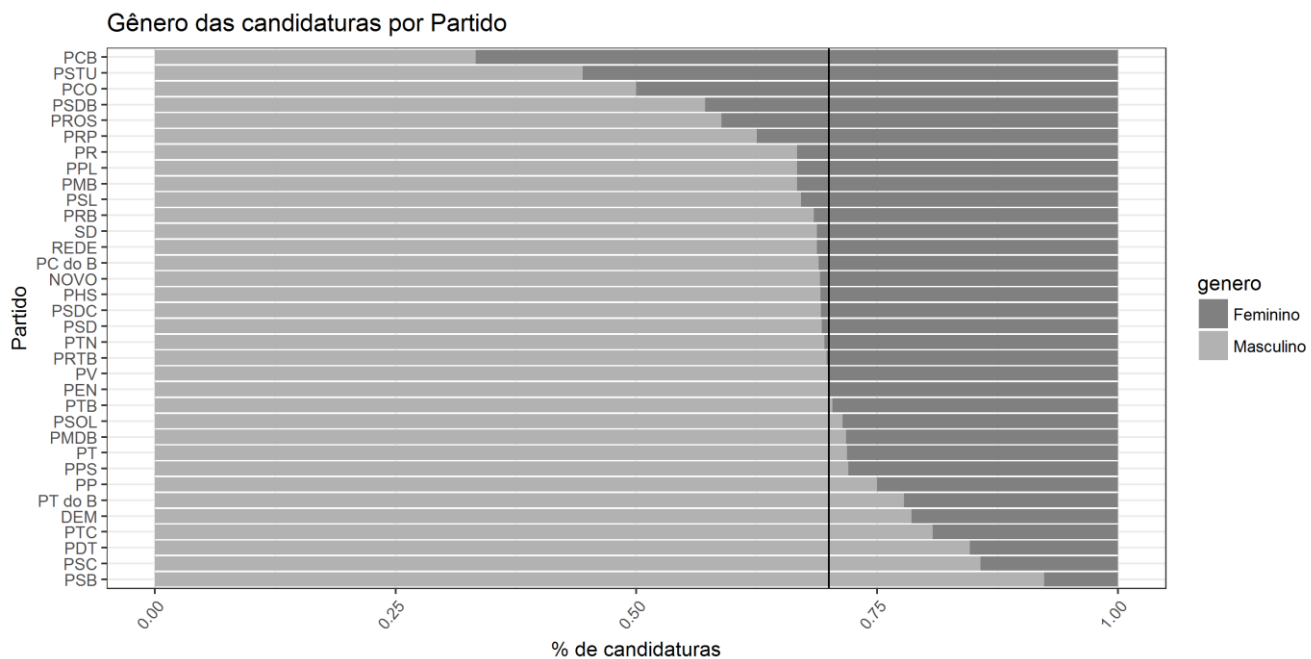
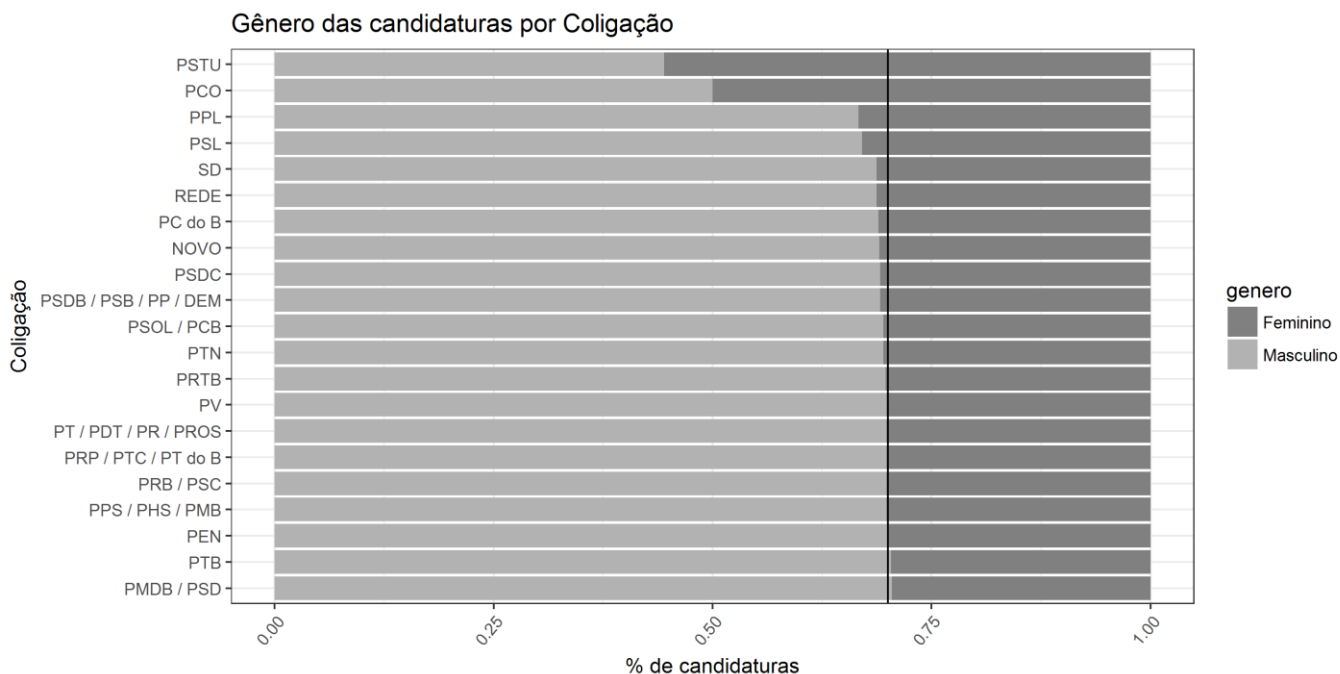
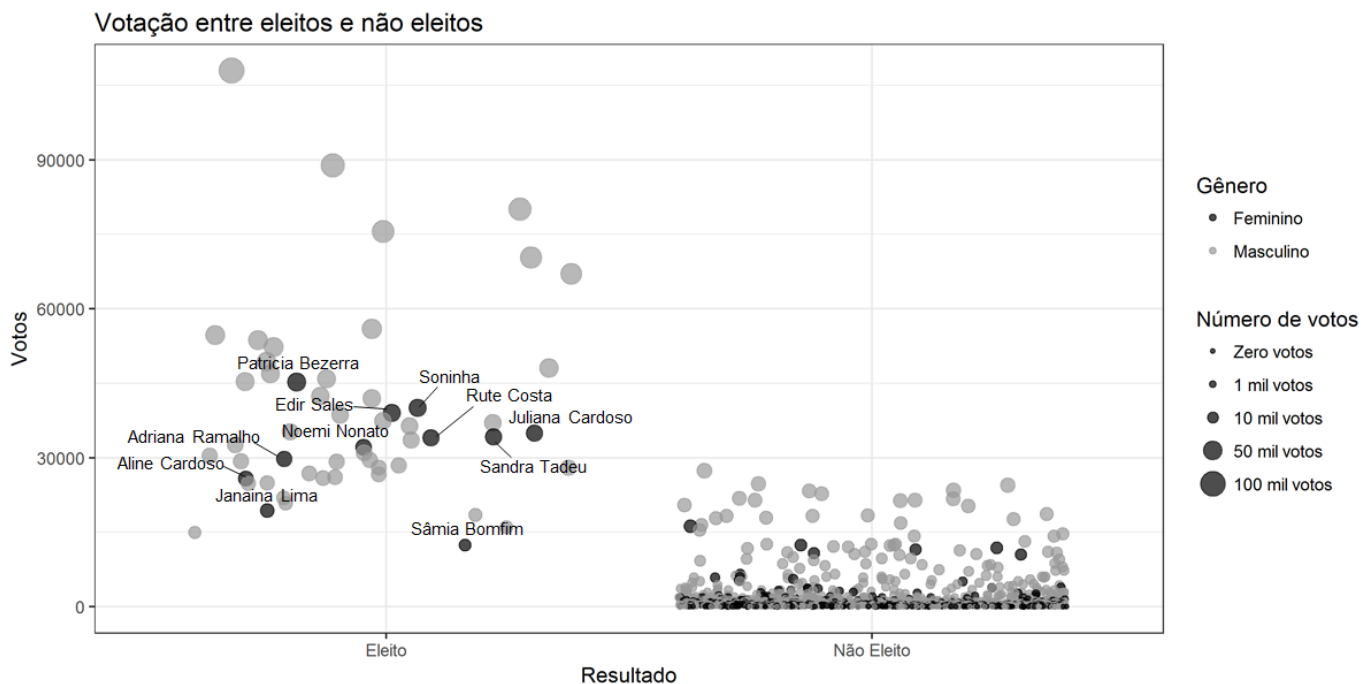


Figura 2



A diferença no padrão de votação das candidatas e dos candidatos fica patente pela Figura 3: a maioria das eleitas concentra sua votação entre 20 e 40 mil votos; mesmo entre os não eleitos, vemos que são poucas as candidatas que tiveram alguma votação mais expressiva: somente 12 candidatas tiveram mais de 5 mil votos, ao passo que 89 candidatos receberam pelo menos a mesma quantia.

Figura 3 ¹¹



Esses dados vão ao encontro do que Carneiro (2009) encontrou no seu estudo de caso do processo de escolha de candidatos para deputado federal do Rio de Janeiro. Segundo modelo desenvolvido pela autora (Carneiro, 2009, p.133), as lideranças partidárias compõem a sua lista como se ela fosse uma pipa: primeiro, os candidatos cabeça-de-chapa ou os puxadores de legenda, que têm um potencial de votos bom o suficiente para conseguir puxar outros candidatos no preenchimento de cadeiras; depois, o “pipão”, que são candidatos que vão se eleger, mas não com votação o suficiente para puxar outros candidatos; a “rabiola”, que são candidatos que tem uma boa votação, ainda que não expressiva, e ajudam a somar na votação da legenda e o “rabo”, que são candidatos que obtêm poucos votos, mas que não atrapalham o desempenho dos outros candidatos.

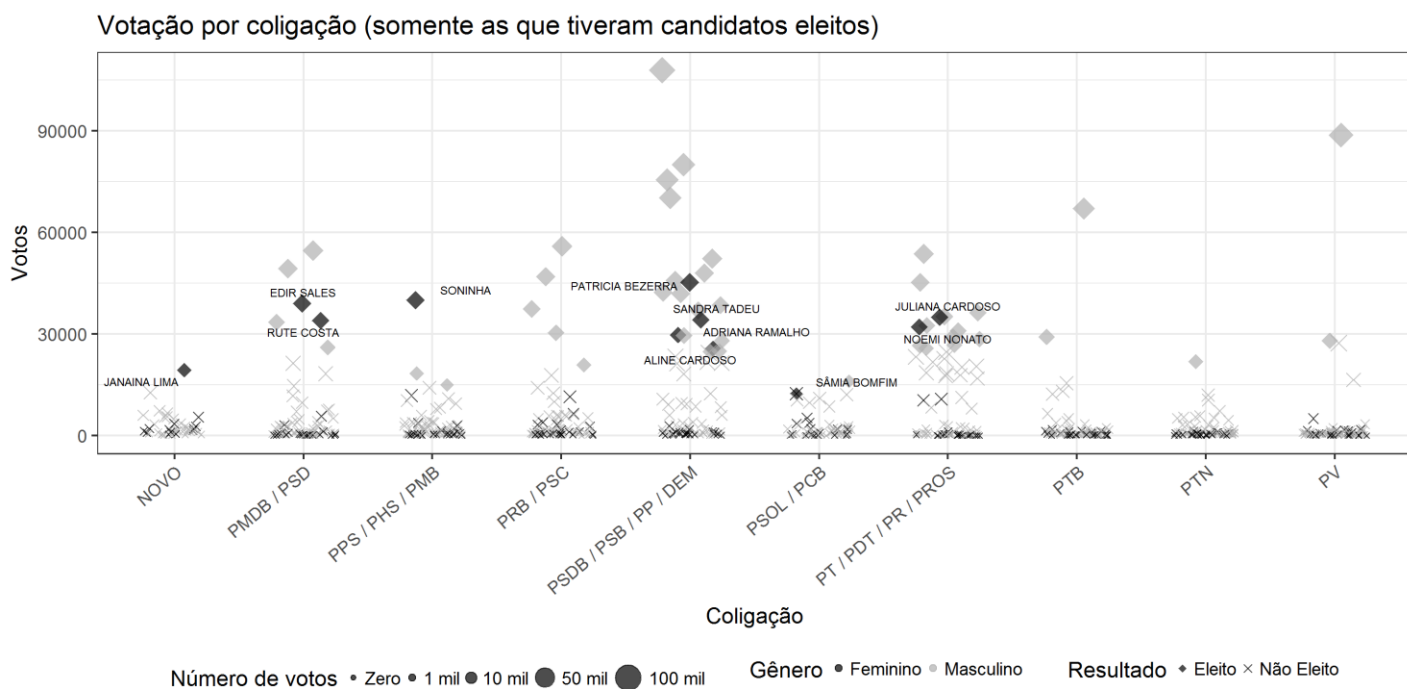
Segundo Carneiro, as mulheres nas listas costumam estar na “rabiola”, para dar o peso de votos necessários para que a lista como um todo tenha votos e, principalmente, no “rabo”, selecionadas apenas para cumprir a cota dos 30% e somar votos à legenda. No caso de São Paulo, o fato de que nem todos os partidos individualmente cumpriram o determinado pelas cotas (Figura 1), mas conseguiram atingir o percentual enquanto

¹¹ O vereador Eduardo Suplicy (PT) foi removido para a confecção deste gráfico para melhor visualização dos dados por ter uma votação muito maior que a de todos os candidatos. Ele obteve 301.446 votos, quase três vezes mais que o segundo mais votado, Milton Leite (DEM), com 107.957 votos.

coligação (Figura 2), reforça que a estratégia dos partidos na incorporação das mulheres em suas listas é a de cumprir a lei e completar votos a mais para a lista. Na Figura 5, é possível observar que cinco das candidatas eleitas tiveram votação na faixa entre 15 e 30 mil votos, aproximadamente – um montante de votos similar à outros candidatos que não conseguiram se eleger.

A Figura 4 mostra a votação de cada candidato das listas das coligações, indicando se o candidato foi eleito ou não e qual o gênero dele. Nela, pode-se ver melhor como é a estrutura da pipa proposta por Carneiro (2009): nenhuma das listas teve uma mulher como a mais votada, exceto pela coligação PPS/PHS/PMB, com a candidata Soninha (PPS) com votação bem mais expressiva que o resto da lista, podendo ser considerada uma “puxadora de voto”, e da lista do NOVO, com Janaína Lima. Nas outras três coligações que elegeram mulheres, todas elas estão no “pipão”, isto é, foram candidatas bem votadas o suficiente para se eleger, mas não para puxar consigo outros candidatos. Sâmia Bomfim (PSOL) foi a segunda eleita pela sua chapa, porém, Toninho Vespoli (PSOL) não obteve uma votação expressiva o suficiente para ser considerado um “puxador de voto” da chapa.

Figura 4¹²



¹² Ver referência 14.

Entre os não eleitos de cada lista, também pode-se observar há uma concentração de mulheres do “rabo”. Se as eleitas não tem o perfil de puxadoras de voto, como que sua trajetória então pode explicar qual o cálculo feito pelos partidos para inclui-las em suas listas? Como pontos comuns de sua trajetória política e dentro dos partidos nos dão pistas de como as mulheres são incorporadas às listas partidárias?

A Tabela 1 resume o perfil das vereadoras eleitas ou que assumiram o cargo posteriormente¹³, resultando em 12 candidatas no total. Metade delas está em seu primeiro mandato como vereadora; destas, cinco tiveram sua primeira experiência eleitoral em 2016 – somente Isa Penna já teve experiência como candidata em duas eleições anteriores. Dentre as candidatas que já eram vereadoras, três delas já haviam sido candidatas em outras eleições para outros cargos, sendo que a vereadora Soninha é a com o maior leque de experiências para diferentes cargos. Metade das vereadoras possuem algum familiar homem (pai, cônjuge ou irmão) que já havia sido eleito para um cargo, exceto Rute Costa, cuja irmã foi eleita deputada estadual após ser vereadora por três mandatos consecutivos.

Das sete candidatas entrevistadas, seis delas tinham uma atuação dentro da organização partidária antes de se candidatarem; apenas Edir Sales relatou que passou a participar das atividades do partido depois de ser eleita. As entrevistadas também se dividem entre aquelas que não aspiravam ser candidatas, tendo sido convencidas por outras pessoas, e aquelas que foram por iniciativa própria buscar sua candidatura.

Como a literatura indica que as listas partidárias são formadas pelos partidos e lideranças partidárias, e partindo da evidência empírica apresentada na Figura 2 de que são as listas coligadas que responderam aos incentivos da Lei de Cotas nas eleições municipais de São Paulo, a análise dos dados qualitativos agrupará as vereadoras de acordo com a lista coligada em que estavam. Na falta das entrevistas, será utilizada a informação biográfica disponível no site da Câmara Municipal ou nos sites pessoais das candidatas para tentar reconstruir a trajetória.

¹³ A vereadora Isa Penna (PSOL), apesar de não ter sido eleita, assumiu a cadeira do vereador licenciado Toninho Vespoli (PSOL) entre os dias 8 de março e 9 de abril. Ela é a primeira suplente na lista da coligação PSOL/PCB

Tabela 1

Nome	Partido	Votos em 2016 ¹⁴	Mandato na Câmara ¹⁵	Candidaturas ¹⁶	Experiência em outro cargo eletivo ¹⁷	Atuação na organização partidária ¹⁸	Aspirava ser candidata ¹⁹	Familiar político ²⁰
Adriana Ramalho	PSDB	29.756	Primeiro	Uma	Não	Não	Não	Pai - deputado estadual - Ramalho (PSDB)
Aline Cardoso	PSDB	25.769	Primeiro	Uma	Não	Sim	Sim	Pai - deputado estadual - Celino Cardoso (PSDB)
Edir Sales	PSD	39.062	Terceiro	Seis	Sim, candidata a Deputada Estadual em 1998 (eleita), 2002 (suplente, mas assumiu), 2006 (não eleita). Vereadora desde 2008.	Não	Não	Irmão - vereador - Eurípedes Sales (MDB)
Isa Penna	PSOL	12.439	Primeiro	Três	Não, mas já se candidatou para Vereadora (2012) e Deputada Estadual (2014)	Sim	Sim	Não
Janaína Lima	NOVO	19.425	Primeiro	Uma	Não	Sim	Sim	Não
Juliana Cardoso	PT	34.949	Terceiro	Três	Não	Sim	Não	Não
Noemi Nonato	PR	32.116	Quarto	Quatro	Não	-	-	Não
Patrícia Bezerra	PSDB	45.285	Segundo	Duas	Não	-	-	Cônjuge - deputado estadual - Carlos Bezerra (PSDB)
Rute Costa	PSD	33.999	Primeiro	Uma	Não	-	-	Irmã - deputada estadual - Marta Costa (PSD)
Sâmia Bomfim	PSOL	12.464	Primeiro	Uma	Não	Sim	Não	Não
Sandra Tadeu	DEM	34.182	Terceiro	Cinco	Sim, candidata a vereadora em Guarulhos em 2000 (não eleita) e 2004 (eleita)	-	-	Cônjuge - deputado federal - Jorge Tadeu Mudalen (DEM)
Soninha	PPS	40.113	Segundo	Seis	Não, mas se candidatou pra Deputada Federal (2006 e 2014) e Prefeita (2008 e 2012).	-	-	Não

¹⁴ Repositório de Dados do TSE. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em 10 de abril de 2017

¹⁵ Base de Dados de Vereanças da Câmara Municipal de São Paulo. <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/arquivo-vereadores/>. Acesso em 2 de maio de 2017

¹⁶ Base de Dados Eleitorais da SEADE. http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_sel. Acesso em 1 de maio de 2017

¹⁷ Ver nota 19

¹⁸ Entrevistas realizadas com as vereadoras. Ver a Introdução deste mesmo trabalho para mais informações sobre os dados. As vereadoras que não constam informação não foram entrevistadas até o fechamento deste artigo.

¹⁹ Ver nota 21

²⁰ Ver nota 21. Também foi coletada essa informação pela biografia disponibilizada pelas vereadoras em suas páginas e perfis nas redes sociais na Internet.

Vereadoras da Coligação PT / PDT / PR / PROS

A coligação formada pelo PT, PDT, PR e PROS elegeu duas vereadoras: Juliana Cardoso, do PT, e Noemi Nonato, do PR. Ambas foram reeleitas em 2016; Juliana, para seu terceiro mandato, e Noemi para o seu quarto mandato. Nenhuma delas tem familiares na política ou experiência em outros cargos; contudo, suas trajetórias são bastante divergentes.

Noemi Nonato é cantora gospel desde 1989 e lançou-se candidata pela primeira vez em 2004 pelo PSB. Segundo consta no site pessoal da vereadora, “Sua atividade política se iniciou precocemente nas comunidades carentes da Zona Leste, foi militante no grupo dos Gideões Missionários que ampara os mais necessitados, dando assistência socioeducativa a essas pessoas.”²¹. Os Gideões Missionários é um agrupamento evangélico que “tem por objetivo principal, à divulgação do evangelho de Cristo no Brasil e no mundo”²² e também trabalhos de assistência social. A vereadora já teve passagem por três partidos: PSB, pelo qual se elegeu pela primeira vez e por mais duas vereanças; em 2013, durante seu terceiro mandato, migrou para o PROS e em 2016 saiu candidata pelo PR²³. Não consta em seu site pessoal ou no site da Câmara Municipal as razões dessas migrações partidárias.

Juliana Cardoso, por sua vez, tem sua trajetória fortemente vinculada ao PT. Segundo seu relato, é filiada desde os seus 16 anos, mas acompanha as atividades do partido desde criança por conta da mãe, que foi uma das fundadoras do partido. Ela também diz que atuava nos movimentos sociais vinculados à Igreja Católica. Contudo, ela diz que não foi essa experiência no partido ou nos movimentos que possibilitou sua candidatura, mas sim por uma escolha do grupo a qual era vinculada no PT:

(...) eu tenho um histórico antes de uma vida política, de ação política que vem das comunidades eclesiais de base, da igreja católica, a própria minha formação da criança, (...) que é da mãe, que foi fundadora do partido, então eu desde pequena sempre estive no ambiente do partido. (...) Mas não foi essa possibilidade que me deu de vir pro parlamento, aliás o contrário. (...). A possibilidade de eu

²¹ <http://www.vereadoranoeminonato.com.br/sobre.html>. Acesso em 2 de maio de 2017.

²² <http://www.gideoes.com.br/quem-somos>. Acesso em 2 de maio de 2017

²³ Base de Dados de Vereanças da Câmara Municipal de São Paulo.

<http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/arquivo-vereadores/>. Acesso em 2 de maio de 2017

conseguir chegar aqui veio por entendimento político sensível do grupo de ter uma mulher jovem da periferia pra representar aqui na Câmara. (Entrevista, 2017)

Ela também relata que não tinha pretensões de se candidatar e que foi por conta do então deputado estadual Adriano Diogo, do mesmo partido e do mesmo grupo político interno ao PT que militava, que se tornou candidata. Segundo ela, foi por uma decisão do deputado e de seu grupo político, que havia ficado sem um candidato a vereador depois que ele saiu da Câmara dos Vereadores para ser Deputado Estadual, que a candidatura para a campanha de 2009 deveria ser uma “inovação”, “ousada”, de se lançar uma mulher jovem ligada aos bairros periféricos da cidade:

Então tanto o Adriano [Diogo] quanto o grupo pensou que teria que ser uma novidade, uma inovação, né - ousada, de ser uma mulher e uma jovem da periferia. Então eu meio que, coube nesse perfil de candidatura. (...) Eu tinha minha atuação política muito forte no PT e no mandato [do Adriano Diogo], mas nunca pensei em ser candidata, nem a síndica de prédio, pra você ter uma ideia. (entrevista, 2017)

A vereadora relata que teve receio assim que fora convidada para se candidatar por acreditar que não tinha o perfil de um vereador ou a qualificação necessária?

Então eu levei um susto e, né, neguei, falei “não, imagina, vocês tão louco, pra ser vereador tem que estar preparado, tem que ter faculdade, imagina, eu na câmara de São Paulo...”. E eu ficava olhando o perfil daqueles vereadores, homens – a maioria homens e brancos, e com uma classe social muito mais elevada que só... então eu ficava assustava por não ser, não achar que eu estava qualificada para aquele momento. (entrevista, 2017)

Vereadoras da Coligação PSDB / PSB / PP / DEM

A coligação formada pelo PSDB, PSB, PP e DEM elegeu quatro vereadoras; três pelo PSDB – Adriana Ramalho, Patrícia Bezerra e Aline Cardoso – e Sandra Tadeu, pelo DEM. Sandra Tadeu e Patrícia Bezerra foram reeleitas, respectivamente, para o seu terceiro e segundo mandato como vereadoras. Adriana Ramalho e Aline Cardoso são novas no cargo, e disputaram sua primeira eleição em 2016.

A primeira característica comum a todas as vereadoras eleitas por esta coligação é o vínculo familiar que elas têm com políticos com carreira consolidada dentro dos mesmos partidos pelos quais elas se candidataram. As duas novatas do PSDB têm o pai eleito como Deputado Estadual; as reeleitas, os cônjuges como Deputado Estadual e Deputado Federal. A vereadora Aline Cardoso, ao falar sobre as condições de sua candidatura quando comparada aos dos homens em evento especial sobre mulheres na política realizado na Câmara dos Vereadores²⁴, disse sobre as candidatas do PSDB:

Eu tive condições iguais [em relação aos homens] de competir. Eu tive, eu tenho que assumir que eu tive. Eu tive, a Adriana [Ramalho] teve, a Patrícia [Bezerra] teve, porque a gente já tem alguém que nos abriu a porta, alguém que nos estendeu a mão, alguém que nos financiou. (...) Então tive, talvez, uma condição diferenciada pra concorrer e pra chegar ao poder. (Cardoso, Câmara Municipal de São Paulo, 2017)

Este “abrir portas” é o contato facilitado com a estrutura partidária, com as campanhas eleitorais de outros candidatos, notadamente, seus familiares, e também a possibilidade de contar com o apoio das lideranças e aliados políticos que o familiar em questão têm; ou, ainda, poder herdar a mesma base eleitoral que o familiar. Este último aspecto evidenciado pelo relato de Adriana Ramalho, que diz que só é candidata por ser filha de um Deputado Estadual e por poder receber os votos que ele tem, e que o “abrir portas” acontece quando ela pode ter mais destaque e participar de eventos por conta da ligação que tem com o seu pai:

Eu só sou candidata porque eu tenho sobrenome Ramalho. Não fosse o sobrenome, não estaria aqui.

Pergunta: Não? Mesmo com o seu perfil que todo mundo falava desde sempre que você teve?

Mesmo! Eu acho que mesmo assim. É um conjunto, é um grupo de situações que fez eu estar aqui hoje. Eu posso ter perfil, eu posso ter tudo, mas meu pai é tão referência de pessoa boa e pessoa honesta que as pessoas falam, “vou votar porque é seu pai”.

²⁴ Evento Segundas Paulistas: "Mulheres na Política e Política para Mulheres", realizado no dia 13 de março de 2017. Vídeo disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/sala-de-imprensa/multimedia/galeria-de-videos/>. Acesso em 16 de março de 2017.

(...)

E eu não tenho vergonha de dizer isso, que o que é esse abrir as portas? É te dar espaço, porque esse meio é muito difícil. É fazer assim, “olha, vamos ter uma reunião, Adriana, e eu vou te dar a palavra”. Isso é abrir portas. É você chegar numa cerimônia e não ser barrada pra entrar nela, “Não, deixa a Adriana entrar porque ela é filha do Ramalho e é uma pessoa que a gente gosta, ela pode entrar”. Isso é abrir portas, é você ter o carinho das pessoas delas não te prejudicarem, de deixar você passar ali e tentar fazer o seu papel. (entrevista, 2017)

A aproximação da estrutura partidária é relatada pela vereadora Aline Cardoso, que aproveitou a possibilidade de se aproximar do partido e das atividades partidárias depois que o pai foi candidato pelo PSDB e pôde construir uma trajetória própria dentro do partido:

Na verdade, eu gosto de política desde pequena. (...) Aí depois já maiorzinha, adolescente, meu pai entrou pra política. Isso acabou facilitando a aproximação de estrutura partidária. Mas assim, facilitou e também não facilitou. (...) não é que porque ele estava na política eu me aproximei, eu acho que muito mais assim, porque eu já gostava de política e esta porta se abriu, eu aproveitei essa porta (...). [Quando] eu entrei no partido eu tinha 16 anos, comecei a participar (...), viajei pro Congresso de Juventude, (...) comecei a me envolver mesmo, de participar de congressos, de debates. (Entrevista, 2017)

Ela também indica que foi a experiência e participação nas atividades partidárias, mesmo depois de alguns anos afastada, junto com o fato de ser filha de um Deputado Estadual eleito pelo partido, que possibilitaram que sua candidatura fosse aprovada pelo partido. A vereadora dá um peso maior para a sua participação nas atividades do partido como fator principal do apoio do partido à sua candidatura, relatando que recebeu apoio de outros filiados quando decidiu se candidatar:

Quando eu resolvi ser candidata, muitas pessoas do partido me falaram assim “Nossa, Aline, fazia anos que a gente esperava você ser candidata. A gente via que você tinha esse potencial. Não por você ser filha de ninguém, mas porque você sempre participou, você sempre teve um protagonismo e o seu espaço era garantido pelas suas colocações” (...). Foi muito natural [quando decidiu se candidatar], porque eu tinha vinte anos de história no partido e um ativismo [partidário] reativado, que me deu uma condição natural de pleitear uma legenda

(...). Eu era um nome forte pela minha história e pela história do meu pai. Então eu acho que assim, como eu digo, se eu fosse só filha dele, isso muitas pessoas me falam, talvez não fosse garantido. No meu caso, acho que os dois elementos criaram uma força que me deu uma condição natural de conseguir uma legenda. (Cardoso, entrevista, 2017)

Conforme a literatura indica, a decisão ou a escolha de sair candidata ou não também pesa de acordo com o potencial de votos esperado e da antecipação da concorrência na eleição. Adriana Ramalho conta que ao aceitar sair como candidata após aconselhamento do pai, que não sabia se sairia candidata na cidade de Cotia, na qual ela calcula que precisaria de 3 mil votos para se eleger, ou em São Paulo, que seria uma campanha mais difícil por conta do número de candidatos disputando, podendo ser comparada à disputa de uma campanha para deputado:

Aí quando foi em 2012, um vereador chamado Atevaldo Leitão, do PSDB de Diadema, virou pra mim e falou assim: “Adriana, você deveria ser candidata a vereadora em São Paulo, menina! Você tem perfil!” – tudo aquilo que eu sempre ouvi a vida inteira – “Você tem perfil, você leva jeito, você é trabalhadora, é honesta, é a cara do seu pai (...) Se você não quiser sair na cidade de São Paulo, que é muito difícil, sai em Cotia!”

(...)

Pergunta: Mas seu pai tinha algum receio de você sair?

Tinha... tinha... porque assim, é muito difícil uma campanha em São Paulo.

Pergunta: Porque?

Em todos os sentidos. Olha, primeiro que é a quantidade de votos. Em Cotia, eu ia precisar de em torno de três, quatro mil votos pela legenda do PSDB. Em São Paulo, a margem de votos dessa última foi mais de 25 mil votos. Olha a diferença! É discrepante! Trabalhar, fazer uma campanha em São Paulo, montar equipe, tudo é muito mais difícil. O número de candidatos é muitíssimo maior! Eu escutei muito isso e pude presenciar na pele, que ser candidato a vereador é muito mais difícil que uma campanha a deputado! (entrevista, 2017)

Vereadoras da Coligação PMDB / PSD

A coligação PMDB / PSD elegeu duas candidatas, ambas pelo PSD. Rute Costa foi eleita pela primeira vez; Edir Sales, está em seu terceiro mandato na Câmara. Ambas também têm vínculos familiares de irmão que já foram ou são políticos: Edir Sales tem o irmão, Eurípedes Sales, que foi vereador de São Paulo entre 1977 e 1988 pelo MDB/PMDB; Rute Costa, tem a irmã Marta Costa, vereadora de São Paulo por três mandatos consecutivos desde 2004 e que foi eleita Deputada Estadual em 2014.

O fato das duas candidatas terem irmãos políticos pode indicar que o perfil das duas vereadoras é ter herdado parte do capital político de seus familiares. Conforme relata Edir Sales, ela não tinha pretensão política ou partidária até ser convidada pelos partidos a sair candidata e dar continuidade à carreira política deixada pelo irmão; até então, ela trabalhava como radialista:

Eu fui pro rádio e (...) então havia um apelo pra que eu viesse pra política pra poder fazer mais. (...) Meu irmão tinha sido vereador (...) e eu herdei parte do legado dele. Juntou o meu trabalho ao trabalho dele com o meu, (...) e aí foi quando eu saí candidata e fui eleita já logo de pronto eu fui eleita em 98. (...) Eu não tinha pretensão política. (...) Depois que começou... primeiro que o pessoal começou “viu, cê tem todo o tino político, blá blá blá”. E segundo que quando meu irmão foi pro Tribunal de Contas, e aí ficou aquele vazio. E aí tinha que alguém dar continuidade ao trabalho dele, e aí então, aí que me falaram, falaram, falaram e eu saí candidata. Mas até então eu não tinha pretensão política. (entrevista, 2017)

Também parece ser comum às duas candidatas o fato de não terem uma trajetória política vinculada a um partido específico, mas sim a um eleitorado. Edir Sales já foi filiada a quatro partidos durante sua trajetória: pelo PL, em suas candidaturas à Deputada Estadual em 1998 e 2002; no PMDB, partido pelo qual se candidatou novamente à Deputada Estadual em 2006; pelo DEM, quando foi candidata à vereadora em 2008 e está agora no PSD, desde 2011. Edir Sales diz em seu relato que os partidos políticos no Brasil só servem para o registro da candidatura (“dar legenda”); quando questionada sobre suas mudanças de partido, a vereadora disse que seguiu a liderança política com a qual se identifica, Gilberto Kassab:

Mas eu fui convidada por vários partidos na época, que me conheciam e que conheciam também meu irmão e tudo. Na época eu fui convidada por vários partidos... e... aí me filiei um ano antes, nunca fui ligada, sabe, a partido, a fazer partido... que partido no Brasil hoje só serve pra dar legenda, vamos falar o que é a verdade.

(...)

Pergunta: E por quê a senhora fez parte dessa mudança do DEM pro PSD?

Ah, seguindo meu líder político. (...) Na época, ele era presidente do DEM. Daí depois houve uma falta de convicção de continuar no partido, algumas mudanças que ele não aceitou. Aí eu segui o meu líder que é o nosso presidente do partido, Gilberto Kassab. (entrevista, 2017)

No caso de Rute Costa, bem como no da sua irmã, sua candidatura está intimamente ligada ao eleitorado da Assembleia de Deus. Conforme consta em sua biografia em seu site pessoal,

No ano de 2016 a Ir. Rute Costa e sua família recebem uma nobre missão do Ministério do Belém, que é a de representar este imenso Ministério na Casa Legislativa do Município de São Paulo. [Ela] foi indicada por unanimidade por todos os pastores setoriais como a candidata a Vereadora por São Paulo com a missão de representar o povo de Deus na Câmara dos Vereadores e ajudar a Igreja do Senhor a cumprir a sua missão de proclamar o evangelho até a volta de Cristo.²⁵

A centralidade da Assembleia de Deus para sua candidatura também está na biografia da irmã, disponível no site da Assembleia Legislativa:

Em 2004, [Marta Costa] foi indicada pelos pastores da Assembleia de Deus para ser a candidata da Igreja a vereadora na cidade de São Paulo (...). Em 2014 foi indicada pela Confradesp (Convenção Fraternal das Assembleias de Deus do Estado de São Paulo) para concorrer ao cargo de deputada estadual (...).²⁶

Em seus dez anos como eleita, Marta Costa teve passagem por quatro partidos políticos diferentes: PTB, partido pelo qual se elegeu em 2004; PFL, entre os anos de 2005 e 2007; DEM, partido pelo qual se candidatou em 2008 e está filiada no PSD desde

²⁵ <http://www.rutecosta.com.br/sobre>. Acesso em 2 de maio de 2017.

²⁶ <http://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300533>. Acesso em 2 de maio de 2017.

2011. A constante migração partidária, aliada ao fato da biografia das duas deixar claro que elas foram indicadas pela Assembleia de Deus em instâncias organizacionais próprias, corrobora a hipótese de que os partidos políticos em que estão filiadas são meros suportes formais de suas candidaturas e que, na verdade, seu potencial eleitoral está ligado à igreja.

Vereadoras da Coligação PSOL/PCB

Embora a coligação entre PSOL e PCB tenha tido apenas uma vereadora eleita, Sâmia Bomfim (PSOL), a candidata Isa Penna (PSOL) assumiu a cadeira do vereador licenciado Toninho Vespoli (PSOL) entre os dias 8 de março e 9 de abril. Segundo notícia no site do Diretório Municipal do PSOL de São Paulo, a licença do vereador foi proposital e simbólico para que a bancada do partido tivesse 100% de mulheres durante o mês de março por conta do dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres²⁷.

Ambas relatam sempre ter tido uma participação dentro das atividades partidárias bastante intensa mesmo antes de saírem candidatas, tendo se aproximado do partido por conta do movimento estudantil de suas universidades, das quais as duas são recém-formadas, e também com o movimento sindical. Ao contrário de Sâmia Bomfim, que foi candidata e eleita pela primeira vez em 2016, Isa Penna já foi candidata em outras duas eleições. Contudo, em seu relato, a vereadora disse que desistiu de sua primeira candidatura em 2012 para vereadora por falta de recursos e porque sua corrente política dentro do partido decidiu fazer campanha para outro candidato, que ela descreve como alguém de trajetória mais longa:

(...) Em 2012, a gente [*da corrente do PSOL que faz parte*] queria ter tido uma candidatura de juventude. Eu até cheguei a me registrar como candidata, mas a gente não fez campanha, eu não votei em mim mesma, não pedi voto pra ninguém e tal, coisa que a gente não tinha dinheiro. A gente tinha um candidato que já tinha uma trajetória mais longa, representava também os indígenas, enfim, então era uma candidatura muito legal de fazer. (Penna, entrevista, 2017)

²⁷ Fonte: <http://psolsaopaulo.org/2017/02/isa-penna-sera-vereadora-pelo-psol-por-30-dias-no-mes-das-mulheres/>. Acesso em 2 de maio de 2017.

Isa Penna diz que saiu candidata para Deputada Estadual em 2014 pela decisão de sua corrente política de querer lançar alguém com um perfil de “de juventude” e que fosse mulher; em 2016, novamente se candidatou, agora para vereadora, pelos mesmos motivos. Ela avalia que sua experiência como candidata em 2014 foi importante não só pelos resultados eleitorais em si, mas que com eles comprovou-se que candidaturas como a dela têm espaço no eleitorado e na sociedade como um todo:

Em 2014 a gente [*da corrente do PSOL que faz parte*] voltou a fazer o debate sobre a importância de uma candidatura de juventude (...) e essa candidatura não bastava ser jovem, que seria importante que fosse uma mulher. Uma mulher por toda a questão da representatividade, né, pela força que o movimento feminista já naquela época começava a dar sinais de que estava acumulando (...). A avaliação de que era importante ter uma candidatura de jovem e mulher tava muito correta. (...) Então foi uma experiência muito legal, para a esquerda, inclusive, porque resultados eleitorais são importantes, mas foi uma comprovação de que existiam os espaços políticos na sociedade (Penna, entrevista, 2017)

Sâmia Bomfim saiu candidata a partir de estratégias partidárias parecidas, baseadas no perfil de ser mulher e jovem. Segundo ela, sua candidatura foi uma escolha das lideranças e outros filiados de sua corrente política dentro do PSOL por haver o entendimento de que ajudaria na construção política do seu perfil, bem como poderia atrair novos filiados para partido:

Eu não sei se tem uma nova onda ou não, mas tem um momento, evidentemente, que é protagonizado principalmente por mulheres jovens e acho que eu fui ganhar muito na política por isso (...). A decisão de ser candidata na verdade foi uma consequência de tudo isso, não foi uma escolha, não foi nem uma escolha minha, fui convencida, digamos assim, pelos meus amigos e companheiros de militância (...) a gente [*da corrente do PSOL que faz parte*] sempre tem a discussão “pô, como a gente vai se comportar? A gente vai apoiar alguém que já é vereador ou vamos lançar, construir em conjunto com um outro grupo?” Enfim... e aí foram me convencendo da necessidade de sair pra reunir alguns perfis que tem a ver com o momento político... então... mulher, jovem, feminista, trabalhadora, com diálogo com o movimento sindical, o movimento de juventude né, o movimento estudantil (...) Na verdade o objetivo era fazer um processo de construção

político desse perfil, que acumulasse pro PSOL e de repente, enfim, filiar algumas pessoas no processo (...) (entrevista, 2017)

A partir do relato das duas vereadoras, evidencia-se que dentro do PSOL as decisões das candidaturas são estratégias definidas pelas correntes políticas que fazem parte do partido e que são, majoritariamente, guiadas pela percepção de que as candidaturas são ligadas à perfis ou à representação de grupos específicos, como de mulheres e indígenas.

Vereadoras da Coligação PPS/PHS/PMB e o partido NOVO

No caso da coligação composta pelo PPS, PHS e PMB, apenas Soninha foi eleita. A vereadora é a mulher que mais disputou eleições dentre as eleitas e também a com o maior leque de experiências eleitorais, tendo concorrido tanto para cargos proporcionais (vereadora e deputada federal) e majoritários (prefeita). Com a segunda maior votação entre as mulheres, com 40.133 votos, Soninha se destaca no desempenho eleitoral na lista de sua coligação: os outros dois vereadores eleitos pela mesma lista tiveram votação na faixa dos 15 mil votos (Figura 5). Dada essa diferença de votos, é possível entender a candidatura de Soninha como sendo uma puxadora de votos para a lista da coligação.

Já Janaína Lima foi a única vereadora eleita pelo partido NOVO na cidade de São Paulo e a única mulher eleita pelo partido no Brasil todo, que em 2016 conseguiu eleger quatro candidatos ao todo. Fundado em 2011 e tendo obtido o registro definitivo no TSE em 2015, o partido NOVO difere bastante do funcionamento dos outros partidos, com regras bastante específicas em relação a reeleição ou ao perfil de candidatos que seleciona para suas listas. Segundo o relato de Janaína Lima, o partido veda a candidatura de pessoas que já tenha tido experiência política anterior ou de pessoas que tenham familiares eleitos:

“A legenda não é se você é filho de alguém, se você tem recurso... não! (...) É um partido de não-políticos. Não tem nenhum político” .(Lima, entrevista, 2017).

Também é proibida a reeleição por mais de uma vez para o mesmo cargo. A seleção dos candidatos é feita em diversas etapas a partir de uma convocação aberta, no qual quaisquer filiados podem participar. Depois, os candidatos passam por etapas

sucessivas de seleção, conduzidas pelos membros dos diretórios municipais (ou estaduais, no caso das disputas para Deputado Estadual e Federal): devem gravar um vídeo contando porque querem ser candidatos, fazem uma prova de “alinhamento ideológico” e passam por entrevistas. Ao final dessas etapas, o diretório municipal elabora uma lista, que é ratificada em convenção aberta entre os filiados.

Janaína Lima conta que foi uma das lideranças e porta-vozes do Movimento Vem Pra Rua, movimento iniciado ao final de 2014 no contexto da crise econômica e política enfrentada pela então presidenta Dilma Rousseff, do PT, e que pediu o seu impeachment ao longo de várias manifestações pelo Brasil durante o ano de 2015²⁸. Ela conta que sua decisão se candidatar surgiu após ver tanto na sua atuação dentro do Movimento Vem Pra Rua, quanto depois de conhecer o partido NOVO, que ela poderia ter chances de ser candidata:

Eu não achava que eu teria chance. Eu nunca achei que os outros partidos dão condições pra que as pessoas possa se candidatar alinhada com os valores que eu defendia. (...) Eu via [no NOVO] um partido limpo. Um partido 100% ficha limpa. Um partido comprometido com os processos. Não é pelo patrimônio que você tem, nem pelo sobrenome que você carrega, mas é pelo que você pode contribuir com um processo seletivo. Eu acho que eu tô preparada, eu acho que eu tenho condições de poder colocar meu nome à disposição da cidade e participei de um processo seletivo e fui aprovada. Então é um partido que tá alinhado com aquilo que eu acredito, é um partido que tá alinhado com os valores que eu defendo.(entrevista, 2017)

Conclusões

O caso das eleições municipais de São Paulo de 2016 indica que os partidos políticos brasileiros não são meros suportes formais para candidaturas individuais, ao menos pensando no caso das candidaturas femininas eleitas. Ainda que nem todos os partidos não respondam aos incentivos dados pela Lei de Cotas, sua coordenação interpartidária com outros partidos coligados para cumprir o mínimo definido de 30% de

28 <http://www.vempraru.net/sobre-nos/>. Acesso em 2 de maio de 2017.

candidatas mulheres é evidência de que os partidos preenchem suas listas pensando na disputa eleitoral como um todo.

A relevância dos partidos políticos surge nos relatos das vereadoras entrevistadas a respeito da sua decisão de sair candidata: apenas Janaína Lima, do NOVO, relata ter escolhido o partido em que se candidataria; todas as outras seis entrevistadas relatam ou terem sido convencidas a se candidatar pelas lideranças partidárias, ou então se aproveitaram de sua participação na estrutura partidária e de um momento favorável a candidaturas do seu perfil para lançar-se candidata. Esses relatos reforçam os outros achados dos trabalhos empíricos sobre partidos e organização partidária no Brasil de que são os partidos e as lideranças partidárias que controlam o acesso dos candidatos às listas e que a escolha dessas candidaturas está ligada à estratégia política de cada um.

Também indica que a demanda dos partidos, conforme o modelo de Norris e Lovenduski (1995), não está limitada a ser atendida pela oferta de aspirantes; o caso das vereadoras que não aspiravam ser candidatas é evidência de que o partido é capaz de se mobilizar para atender suas demandas e está aberto a incorporar mulheres quando estas cabem em suas estratégias, como Kittilson (2006) descreve. Assim, o caso estudado neste trabalho ilustra como a subrepresentação de mulheres nos quadros eletivos não é dependente somente da oferta de candidatas, que, conforme indicam outros estudos, é de fato reduzida; os partidos políticos e as lideranças partidárias também “criam” candidaturas quando não encontram aspirantes que se encaixem em seu perfil estratégico.

Essas estratégias, contudo, parecem variar de partido pra partido ou, ainda, de coligação para coligação. Como este trabalho foca apenas nas candidaturas das mulheres, não é possível afirmar que o perfil e estratégia de seleção dos candidatos seja o mesmo que as candidatas tiveram; porém, pode-se apreender alguns padrões.

PT e PSOL, partidos localizados à esquerda no espectro ideológico, tiveram suas candidatas selecionadas pelo seu perfil: mulheres, mais jovens e ligadas à movimentos de base. Segundo o relato da trajetória das três vereadoras, suas candidaturas foram possibilitadas pela estratégia das lideranças do partido de acreditar que era preciso lançar candidatas deste perfil; no caso de Juliana Cardoso e de Sâmia Bomfim, foram convencidas pelo partido a se candidatar. O caso do PT e PSOL ilustram o que Kittilson (2006) demonstra ocorrer com os partidos europeus, em que a incorporação das mulheres

enquanto candidatas se dá por um movimento de cima, das lideranças, para baixo, visando antecipar um potencial de votos ainda não explorado.

As quatro candidatas eleitas pela coligação do PSDB/DEM/PSB/PP, por outro lado, têm trajetórias ligadas à familiares homens que já eram políticos experientes dentro dos seus partidos. Conforme aponta Miguel et al. (2015), laços pessoais atuam como um capital importante para o ingresso na política (Miguel et al. 2015). o “capital familiar” é estabelecido a partir da “existência de parentes próximos ocupando cargos de liderança política” (Miguel et al., 2015, p. 721), e é um dos capitais políticos mais decisivos para que as portas na política sejam abertas – no caso das mulheres, como os autores encontram para as disputas a Deputado Federal, é ainda mais crucial. Pelo perfil das candidatas desta coligação, parece que esse também é o caso na disputa para a Câmara Municipal de São Paulo. Conforme relatos das vereadoras do PSDB, foi o laço familiar que as possibilitou poder participar mais das atividades do partido e terem apoio para sua candidatura; no caso de Adriana Ramalho, foi o convencimento de lideranças partidárias ligadas ao pai que fez com que ela saísse candidata.

Esse mesmo padrão de ingresso na política parece se repetir para as vereadoras eleitas na coligação PMDB /PSD: tanto Edir Sales quanto Rute Costa, ambas do PSD, tiveram irmãos que foram vereadores antes delas e puderam “herdar” o capital político que eles deixaram ao desocupar o cargo de vereador. No caso das duas, a alta migração partidária indica que o vínculo deste capital político não está ligado a um partido político específico, mas sim às suas bases eleitorais ou a lideranças políticas específicas. Esse também o caso de Noemi Nonato, do PR; ainda que tenha sido eleita em outra coligação, seu perfil e trajetória se aproxima bastante; no caso dela e de Rute Costa, parece haver uma especificidade de candidaturas ligadas às igrejas evangélicas.

Ainda que neste trabalho tenha faltado a descrição e análise do padrão de campanha eleitoral das eleitas, as trajetórias das vereadoras até serem candidatas pela primeira vez indica, na maioria dos casos, que houve um papel ativo dos partidos e das lideranças partidárias para viabilizar suas candidaturas. As estratégias delineadas neste trabalho não esgotam todas as possibilidades de escolhas e decisões que os partidos e lideranças puderam ter antes do lançamento de suas listas; assumir que o resultado eleitoral é resultado único e direto das estratégias adotadas é ignorar que certas escolhas

podem não ter tido sucesso. Dessa forma, candidatas que quase foram eleitas também podem ter passado pela mesma seleção; ou ainda, como indica Carneiro (2009), passam por critérios diferentes de seleção pelo partido por serem consideradas a “rabiola” da lista.

Os principais achados estão, portanto, em indicar que os partidos políticos e as lideranças partidárias exercem controle na seleção das candidatas; e que os critérios dessa seleção variam de acordo com o perfil recrutado pelo partido e pelas estratégias partidárias. Mesmo no caso de candidaturas inexperientes, o cálculo do partido parece ter sido o de antecipar o potencial de votos das candidatas através do apelo que julgavam que sua candidatura teria ou então pelo fato da candidata ter um capital político a ser herdado.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, A.; STEIBEL, F. B.; CARNEIRO, C. A outra face do horário eleitoral gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. Dados, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 2, p. 459-487. 2008.

AGUILAR, R., CUNOW, S., DESPOSATO, S. “Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil”, Electoral Studies 39 (2015) 230-242

ALDRICH, J. H., Why parties? The origin and transformation of party politics in America. Chicago: University of Chicago Press. 1995

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Formação de Elites e Seleção de Candidaturas: O “Jardim Secreto” da Elaboração das Listas Partidárias. ANPOCS, 2007.

AMARAL, O. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura.

REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013

AMES, B. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas 2003.

_____. "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". American Journal of Political Science 39 (2): 406-433, 1995.

ARAÚJO, C. “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 44, no 1, pp. 155-194. 2001

_____; BORGES, D. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: Mulheres nas eleições 2010 / José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão (Org.). –São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.337-385

- AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo S.. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987-1013, Dec. 2012
- BARREIRA, I., GONÇALVES, D. “Presença” e “Ausência” de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: *Mulheres nas eleições 2010* / José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão (Org.). –São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.315-336
- BEACH, D; PEDERSEN R. *Causal Case Studies: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching and Tracing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016
- BLONDEL, J., “Party systems and pattern of government in Western democracies”, in J. Charlot, *Os partidos políticos*, Brasília, Editora da UnB. 1982
- BOHN, Simone. *Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal*. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009
- BOLLEYER, Nicole. The influence of political parties on policy coordination. *Governance*, v. 24, n. 3, p. 469-494, 2011.
- BOLOGNESI, B. “A Cota Eleitoral de Gênero: Política Pública ou Engenharia Eleitoral?”. *Paraná Eleitoral*, vol. 1, no 2, pp. 113-129. 2012
- _____. COSTA, L. D. Fronteiras sociais fortes e padrões organizacionais fracos? Seleção de candidatos e composição social nos principais partidos políticos brasileiros em 2010. *Conexão Política*, Teresina v. 4, n. 1, 43 – 63, jan./jun. 2015
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOLOGNESI, Bruno. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 5-9, June 2013
- _____.; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.
- _____.; PIMENTEL, J.. Estrutura e Organização Partidária Municipal nas eleições de 2012. In *Cadernos Adenauer* xiv, no 2, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2013 _____; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. 2009. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 24, n. 70. p. 123-142.
- CAREY, John e SHUGART, Matthew. “Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas”. *Electoral Studies*, vol. 14, nº 04, 1995, pp. 417-439.
- CARNEIRO, Andrea Rodrigues. *Processo de Seleção de Candidatos ao Cargo de Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro - Organizando as “Peças” do “Quebra-Cabeça”*. Tese de doutorado, IUPERJ, 2009.
- CARNEIRO, L. P. ; ALMEIDA, M. H. T. . Definindo a arena política local:sistemas partidários municipais na Federação

brasileira. Dados (Rio de Janeiro), v. 51, p. 403- 432, 2008.

CARTY, R. Kenneth. Parties as franchise systems the stratarchical organizational imperative. *Party Politics*, v. 10, n. 1, p. 5-24, 2004.

CAVENAGHI, S., ALVES, J. E. D. . "Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010". In: *Mulheres nas eleições 2010 / José E. D. Alves; Céli R. J. Pinto; Fátima Jordão (Org.)*. –São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.91-132, 2012

DUVERGER, M. (1970 [1951]), *Os partidos políticos*. São Paulo, Zahar.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando, *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo, Ed. da FGV. 1999

FOX, R., LAWLESS, J.. *Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 129-163. 2012

_____; "Girls Just Wanna Not Run: The Gender Gap in Young Americans' Political Ambition". *Policy Report*, School of Public Affairs, American University. Washington, DC: Women & Politics Institute. 2013

GALLAGHER, M. & MARSH, M. 1988. *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage Publications.

GUARNIERI, F. *Voto Estratégico E Coordenação Eleitoral: Testando a Lei de*

Duverger no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 30 nº 89 outubro, 2015

_____; A força dos partidos "fracos". *Dados*, Rio de Janeiro , v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011

GUNTER, R; DIAMOND, L. *Species of political parties: A New Typology*. *Party Politics* Vol. 9. No.2 pp. 167–199, 2003

HAZAN, R., RAHAT, G. 2010. *Democracy within Parties: Candidate Selection Methods and Their Political Consequences*. Oxford University Press

KATZ, R. S. & MAIR, P. (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, 1: 5-28.

_____; The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, Vol. 14, Winter, 1993: 593-617

KINZO, Maria D'Alva. "Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19: 23-40 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. *A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental*. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília , n. 7, p. 349-385, Apr. 2012 .

KITTILSON, M. C. *Challenging Parties, Changing Parliaments: Women and Elected Office in Contemporary Western Europe*. Ohio: The Ohio State University Press 2006

_____; SCHWINDT-BAYER, Leslie A *The Gendered Effects*

of Electoral Institutions: Political Engagement and Participation. Oxford: Oxford University Press 2012

KROOK, Mona Lena. Gender quotas as a global phenomenon: Actors and strategies in quota adoption. *European Political Science*: 2004, 3: 59

_____. Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide. New York: Oxford University Press, 2009.

_____. Beyond Supply and Demand: A Feminist-Institutionalist Theory of Candidate Selection. *Political Research Quarterly* 63 (4): 707-720. 2010

_____; NORRIS, P. Beyond Quotas: Strategies to Promote Gender Equality in Elected Office. *Political Studies*: 2014 Vol 62, 2–20

_____; MACKAY (org.). Gender, Politics and Institutions: Towards a Feminist Institutionalism. London: Palgrave and Macmillan. 2011.

LAMOUNIER, Bolivar .1992. “Estrutura Institucional e Governabilidade na década de 90” in Reis Velloso, João Paulo dos (org.). *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 81.

_____; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 88, p. 21-37, Dec. 2010.

MACKAY, F; KENNY, M; CHAPPELL L.. *New Institutionalism Through a*

Gender Lens: Towards a Feminist Institutionalism? *International Political Science Review* 31(5) 573–588. 2010.

MAINWARING, Scott. (1991), "Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 29, março.

_____. (1999), *Rethinking party systems in the Third Wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.

MANSBRIDGE, Jane. “Feminism and Democracy” in Anne Phillips, *Feminism and politics*. Oxford-New York, Oxford University Press, 1998.

MATLAND, R. E. (2005) “Enhancing Women’s Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems” in *Women in Parliament: Beyond Numbers*, 2nd edition (ed.) Azza Karam and Julie Ballington, Stockholm, Sweden: IDEA Publishing.

MESQUITA, L. et al. *Emendas Individuais e Concentração de Votos: uma análise exploratória*. In: IX ENCONTRO DA ABCP. Brasília, Brasil: 2014

MIGUEL, L. F., MARQUES, D., MACHADO, C. 2015. “Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, no 3, pp. 721-747

_____; QUEIROZ, Cristina M. de. (2006), “Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de Mulheres em Eleições

Municipais no Brasil”. Revista Estudos Feministas, vol. 14, no 2, pp. 363-385.

NORRIS, P. 2003 Recrutamento político. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32.

_____; LOVENDUSKI, J. 1995. Political Recruitment. Gender, Race and Class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press.

OKIN, S. “Gênero, o Público e o Privado” in Revista de Estudos Feministas, v.16 (2). 2008

PANEBIANCO, A. (2005), Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo, Martins Fontes.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados, v. 46, n. 4, p. 735–771, jan. 2003.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. 2009. “Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 52, nº 2, pp. 301-333

PHILLIPS, Anne. “Introduction” in Anne Phillips, Feminism and politics. Oxford-New York, Oxford University Press, 1998.

_____. O que há de errado com a democracia liberal?. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 6, p. 339-363, Dec. 2011.

_____. The politics of presence. Oxford: Clarendon, 1998.

ROKKAN, S. (1997), “The growth and structuring of mass politics in smaller

European democracies”, in P. Mair, Party system change, approaches and interpretations, Oxford, Clarendon Press.

SACCHET, T.. Partidos Políticos e Representação das Mulheres em Posições Legislativas: um estudo sobre recrutamento político e financiamento de campanhas. In: Denise Paiva. (Org.). Mulheres, Poder e Política. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012, v. 1, p. 61-188.

_____.; SPECK, Bruno. 2011. Partidos políticos e (sub)representação feminina nas esferas legislativas: um estudo sobre recrutamento eleitoral e financiamento de campanhas. Trabalho apresentado na Conferência IPSA-ECPR “Whatever Happened to North-South?”, promovida pela Associação Brasileira de Ciência Política na Universidade de São Paulo, Brasil.

SANBONMATSU, K. . Do Parties Know That “Women Win”? Party Leader Beliefs about Women's Electoral Chances. Politics & Gender, 2(4), 431-450. 2006

SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. Partidos na arena eleitoral: o financiamento das listas de candidatas a deputado federal no Rio de Janeiro em 2010. Paraná Eleitoral, vol. 3, n. 1, p. 133-169. 2014.

SARTORI, G. (1982), Partidos e sistemas partidários. Tradução de Waltensir Dutra, ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/UnB.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. Party Government. New York: Rinehart, 1942

SCHMITT, R.; CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais. Dados, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 2, p. 277-297. 1999.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. Brazilian

Political Science Review, v. 8, n. 1, p. 34-57, 2014.

VAN BIEZEN, I; KATZ, R. Democracy and political parties. Paper apresentado no workshop ECPR, Granada, 14-19, 2005

WOLINETZ, Steven B. 'Party System Change: The Catch-all Thesis Revisited', West European Politics 14(1): 113-28. 1991

REFERÊNCIA DAS ENTREVISTAS CITADAS

BOMFIM, Sâmia de Souza. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (43 min.).

CARDOSO, Aline Pereira de Sá Barabinot. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (40 min.).

CARDOSO, Juliana. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (60 min.).

LIMA, Janáina Carla de. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (61 min.).

PENNA, Isadora Martinatti. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (33 min.).

RAMALHO, Adriana Alves Santana. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (117 min.).

SALES, Edir. Entrevistadora: M. Merlo. São Paulo. 1 arquivo .m4a (62 min.).

ANEXOS

Notas sobre o campo das entrevistas: Foi utilizado um roteiro semi-estruturado²⁹ que perguntava sobre a trajetória política delas até chegar a ser eleita. Pela natureza da abordagem do estudo de caso em profundidade, foi dada bastante liberdade às respondentes para que elas contassem sua trajetória em seu termos, porque se entende que os mecanismos pelos quais elas passaram importam dentro do seu próprio contexto e não de forma comparativa com outras candidaturas³⁰.

Até o momento da finalização deste artigo, seis das onze vereadoras eleitas foram entrevistadas: Juliana Cardoso (PT), Sâmia Bomfim (PSOL), Adriana Ramalho (PSDB), Janaína Lima (NOVO), Edir Sales (PSD) e Aline Cardoso (PSDB). Apesar de não ter sido eleita, Isa Penna (PSOL) também foi entrevistada por ter ocupado o cargo durante o mês de março de 2017 durante a licença do vereador Toninho Vespoli (PSOL). Exceto pelas vereadoras eleitas Soninha Francine (PPS) e Patrícia Bezerra (PSDB), que haviam se licenciado do cargo para assumir a liderança em Secretarias municipais, todas as outras vereadoras (Rute Costa, PSD; Sandra Tadeu (DEM) e Noemi Nonato (PR) foram contatadas para realizar a entrevista; porém, até então sem sucesso. Todos contatos foram realizados entre fevereiro e abril de 2017 por meio dos emails e telefones oficiais disponibilizados no site da Câmara dos Vereadores de São Paulo, bem como também através de contato pessoal nos gabinetes das vereadoras ou por abordagens em eventos oficiais.

As entrevistas foram realizadas nos próprios gabinetes das vereadoras e gravadas por celular, após consentimento verbal, preferencialmente desacompanhadas ou sem interferência externa. Três entrevistas foram acompanhadas pelos assessores de imprensa das vereadoras: Aline Cardoso (PSDB), Adriana Ramalho (PSDB) e Edir Sales (PSD). Com as vereadoras do PSDB, as assessoras eram mulheres e não interferiram na entrevista. Com a vereadora Edir Sales, o assessor deu sua opinião durante a entrevista e interferiu em algumas das respostas, especialmente ao final da entrevista quando a vereadora foi perguntada sobre as dificuldades de ser mulher na política.

²⁹ O roteiro está disponível para download em goo.gl/x55HGO

³⁰ Para uma discussão do método do estudo de caso em profundidade, ver Beach, Pedersen (2016:2)

FIGURAS

Figura 5

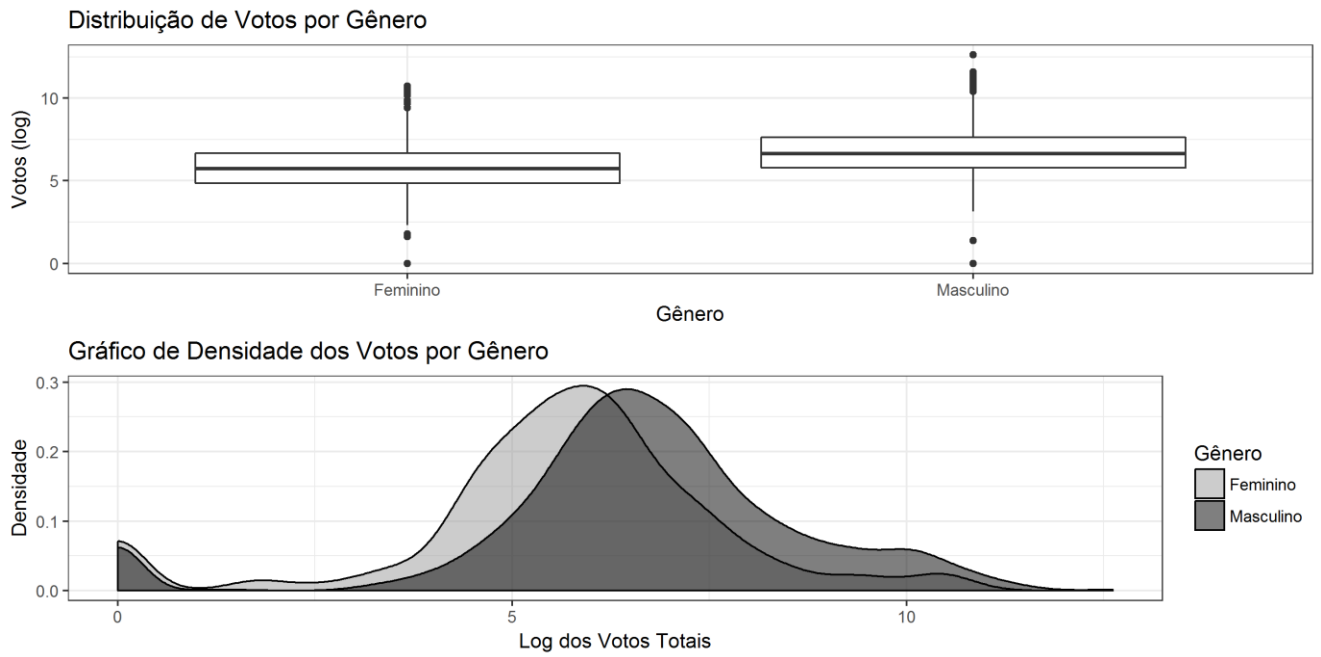


Figura 6

